

**ESTRUTURAÇÃO E
ESTRUTURA URBANA:
REFLEXÕES PARA A
ANÁLISE GEOGRÁFICA**

*Structuration and urban structure:
reflections for the geographic
analysis*

*Estructuración y estructura
urbana: reflexiones para análisis
geográfico*

JANIO SANTOS

Professor Assistente da UESB,
Doutorando em Geografia pela
UNESP de Presidente Prudente e
Bolsista da FAPESB. Endereço:
2ª Trav. Domingos Rabelo, 587,
Ribeira, CEP: 40.421-700
Salvador-BA.

E-mail:
janiosantos@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o conceito de estrutura urbana, bem como sua relevância para as pesquisas sobre as cidades, em especial, as de caráter geográfico. A partir de um resgate histórico sobre sua aplicação na ciência, mormente na Geografia, as reflexões convergem para ressaltar a importância de discutirmos a estrutura urbana na perspectiva da estruturação do espaço urbano, que implica o movimento, a dinâmica no processo de produção da cidade. Esse alicerce para o debate sobre a estrutura urbana está calcado nos pressupostos teóricos do materialismo histórico e dialético que, por sua vez, fundamentam o entendimento da cidade, concomitantemente, enquanto produto e condição da/para a sociedade.

Palavras-chave: estruturação, estrutura urbana, produção do espaço, cidade, teoria.

Abstract

The objective of this article is to analyze the concept of urban structure. Also, the relevance of the concept for the research on the cities, in special, in Geography. It makes a research on the history of the concept and its application in science, mainly in Geography, and emphasizes the importance of to analyze the urban structure in the perspective of its structuration. The structuration corresponds to the movement, the dynamics in the process of production of the city. This foundation for the debate of the urban structure is based on the conceptual principles of the historical and dialectical materialism. The materialism investigates the city while product and social condition.

Key-words: structuration, urban structure, production of the space, city, theory

Resume

El objetivo de este artículo es analizar el concepto de la estructura urbana. También, la importancia del concepto para la investigación sobre las ciudades, en especial, en la geografía. Hace una investigación sobre la historia del concepto y de su uso en la ciencia, principalmente en la geografía, y acentúa la importancia del analizar la estructura urbana en la perspectiva de su estructuración. La estructuración corresponde al movimiento, la dinámica en el proceso de la producción de la ciudad. Esta fundación para discusión de la estructura urbana se basa en los principios conceptuales del materialismo histórico y dialéctico. El materialismo investiga la ciudad mientras que producto y condición social.

Palabras-claves: estructuración, estructura urbana, producción del espacio, ciudad, teoría

Introdução

O termo estrutura urbana sempre foi bastante utilizado nos estudos sobre a cidade porque tem a capacidade de fazer apreender como se encontra organizado/desorganizado, num dado momento do processo de estruturação urbana, o mosaico de usos do solo da cidade (SPOSITO, 2004). Para os estudos em Geografia, a discussão sobre a estrutura urbana tem uma trajetória longínqua, pois atravessou as correntes do pensamento geográfico, que, por sua vez, influenciaram na construção de especificidades no uso do conceito, obviamente, corroborando o alicerce epistemológico que sustentava cada uma dessas correntes.

Entretanto, a expressão estrutura urbana apresenta uma diversidade de aplicações que suscita uma investigação mais aprofundada sobre o conceito, já que, ao longo do tempo, esse apresentou uma infinidade de apreensões, algumas vezes, indefinições, que necessitam ser elucidadas, sem, necessariamente, termos a pretensão de esgotar o debate.

Nesse sentido, entendemos como essencial tecermos algumas considerações sobre a trajetória do uso do conceito para os estudos geográficos, bem como os pressupostos teórico-metodológicos que lhe alicerçaram em cada momento da construção do pensamento sobre a cidade, visando compreender sua relevância para o desenvolvimento de pesquisas da/na Geografia Urbana. Por outro lado, discutir a validade no uso do conceito para a compreensão sobre as atuais mudanças no processo de produção do espaço, pensando, especificamente, no movimento de estruturação urbana e da cidade.

Usos e abusos do conceito

Na Geografia, como já salientamos, a discussão sobre a estrutura urbana apresentou diferentes concepções e imprecisões na aplicação do conceito. Seu entendimento seria dado, ou por um conteúdo *a priori* que, teoricamente, não necessitaria de elucidação; ou como sinônimo de quadro urbano, de morfologia urbana, de organismo urbano, dentre outras expressões. Nada obstante, o conceito é polêmico, em parte, face ao desenvolvimento do Estruturalismo, que adquiriu importante expressão científica entre as décadas de 1950 e 1980.

A palavra estrutura é polissêmica, e tal fato não se limita apenas à sua aplicação no senso comum. Observa-se essa polissemia, também, em sua utilização pelo próprio conhecimento científico. Isso significa que todas as áreas do conhecimento, de distintos modos, usam a expressão para designar alguma especificidade de processos ou fenômenos.

A noção de “estrutura” não é nada mais que uma concessão à

moda: um termo de sentido bem definido exerce de repente uma singular atração durante dezenas de anos – assim a palavra “aerodinâmico” – começa-se a empregá-lo a torto e a direito porque soa agradavelmente ao ouvido. Sem dúvida, uma personalidade típica pode ser considerada do ponto de vista de sua estrutura. Mas o mesmo é verdade para o arranjo fisiológico, um organismo, uma sociedade qualquer ou para uma cultura, um cristal ou uma máquina. Qualquer coisa – desde que não seja amorfa – possui uma estrutura. (KROEBER, 1948 *apud* LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 06).

Etimologicamente, o verbete estrutura deriva da palavra *structura*, um desdobramento do verbo *struere*, que significa construir, denotando a idéia de “construir edifícios”. De acordo com o *Oxford English Dictionary*, a palavra já estava em uso, no pensamento filosófico, desde Aristóteles, datado, aproximadamente, de 380 a.C.

Ao longo da história, o termo estrutura teve uma infinidade de conteúdos, mormente, relacionados à sua derivação etimológica. Todavia, por volta dos séculos XVI e XVII, segundo Dasse (1993), passou a ser utilizada pelo pensamento filosófico de forma um pouco diferenciada da noção arquitetônica. Na Biologia, a partir dos estudos de Fontenelle, no século XVIII, por exemplo, foi aplicado comparando o corpo humano a uma construção, definindo a disposição dos órgãos da anatomia humana; na Lingüística, nas pesquisas de Vougelas e Balzac, no século XVII, empregava-se o vocábulo para definir a organização das palavras na oração, da mesma forma que a composição dos estilos poéticos; no século XIX, Galóis parece ter inaugurado as primeiras articulações entre a palavra estrutura e as ciências da natureza, a partir da Teoria dos Grupos, na Matemática (DASSE, 1993). Foi a partir de tais estudos que, segundo o mencionado autor, ela assumiu:

O sentido da descrição da maneira como as partes integrantes de um ser concreto organizam-se numa totalidade. Pode abranger múltiplas aplicações (estruturas anatômicas, psicológicas, geológicas, matemáticas.). (DASSE, 1993, p. 15).

Nota-se que o termo, na língua moderna, passou a designar a idéia de *construção de um conjunto*. Ainda segundo Dasse (1993), ele foi incorporado às Ciências Humanas muito recentemente, no século XIX, a partir das proposições de Spencer, Marx e Morgan. Na Geografia, ganhou maior difusão a partir do século XX, nas pesquisas desenvolvidas por Bernot, que vai da Geografia Física à Geografia Humana. Muito próximo ao sentido aplicado pelos geógrafos, o termo foi empregado por Halbwachs, em 1938, para designar “formas de sociedade”, ou seja, “o modo pelo qual a população se distribui sobre a terra, ou a sua composição por sexo e idade” (DASSE, 1993).

Durante a metade do século XX, tivemos o período em que o conceito de estrutura associou-se ao *Estruturalismo*. Nas Ciências Humanas, os pilares da mencionada corrente foram oriundos da Lingüística, sendo Ferdinand de Saussure seu precursor. A preocupação de Saussure assentava-se na discussão sobre a língua como “um sistema, cujos termos são todos solidários, e no qual o valor do termo resulta da presença simultânea de outros” (LÉVI-STRAUSS, 1985¹).

A difusão do Estruturalismo ocorreu a partir da Escola Lingüística de Praga, na década de 1930, e da publicação de Freyer, em 1930 (DASSE, 1993). Entretanto, foi Lévi-Strauss quem estabeleceu o alicerce fundamental do Estruturalismo como o conhecemos atualmente. A partir de suas reflexões, o método estrutural atingiu grande expressão, provocando certa mudança no pensamento científico.

Segundo Lévi-Strauss (1985), a estrutura representava-se por modelos, cuja definição era dada por um conjunto rígido de pressupostos teóricos e metodológicos. Para serem considerados como estruturas, tais modelos deveriam possuir um caráter de sistema, cujas mudanças de um elemento repercutiriam na alteração dos outros; pertencer a um grupo de transformações, das quais cada uma corresponde a um modelo da mesma família; apresentar-se como uma estrutura previsível de reação, caso houvesse mudanças em um dos elementos; por final, serem construídos de forma que seu funcionamento pudesse dar conta de todos os fatos observados.

O cerne do Estruturalismo assentava-se, em primeiro lugar, na separação entre a observação empírica e a elaboração de um modelo que representasse a realidade observada. Todavia, o foco central da análise não era determinado pela realidade que o pesquisador observa, mas pela representação que se apreendia - o sistema ou o conjunto de sistemas que compõe a realidade. O Estruturalismo, portanto, criticava o empirismo, mesmo, metodologicamente, não lhe descartando.

A análise estrutural teve impacto nas Ciências Humanas adquirindo novos escopos e postulados. Seus pressupostos foram incorporados à Sociologia, à Geografia, à Lingüística, à Política, à Psicologia etc. Se, por um lado, eles apresentaram rápida disseminação no pensamento científico; por outro, as críticas às suas bases acompanharam a mesma velocidade de sua difusão.

Diversos foram os pontos críticos levantados contra o Estruturalismo, questionando sua capacidade em conseguir apreender as transformações pelas quais passavam à sociedade. Outrossim, questionava-se a validade de suas formulações como propostas eficazes para compreender os problemas sociais. Direcionando uma crítica às idéias de Foucault, em *Les mots el lês choses*, sobremaneira, aos princípios teóricos e metodológicos do Estruturalismo, Lefebvre (1968) contrapôs o que ele chamou de “moda do estruturalismo” um “fenômeno ideo-lógico e sócio-lógico”.

O estruturalismo é a ideologia do equilíbrio entre as forças atuantes

¹A primeira edição data de 1952.

no mundo moderno; sistemas econômicos e políticos, classes, países industriais e países pouco industrializados. É a ideologia do *status quo*. Alguns diriam que, por conseguinte, é a ideologia da coexistência pacífica e da “estruturação” do mundo sob o signo da paz (LEFEBVRE, 1968, p. 24).

A idéia de ordem representada pelo Estruturalismo, segundo o autor, solapava o movimento do devir que é intrínseco ao vivido, já que elegia a estabilidade e refutava o único, em prol da regularidade, das generalizações e dos sistemas de signos. As representações revelavam uma busca incessante pela estabilidade que a realidade, “engessada” em modelos teóricos e fincada em dogmas sistêmicos, contém, sendo a estrutura um propósito final da pesquisa científica.

Com base nessa breve explanação, dois pontos importantes devem ser destacados no que tange ao uso da estrutura. Primeiro, a noção de estrutura não deve ser restrita a qualquer tipo de representação ou sistema; segundo, é imprescindível não refutar a realidade ou entender a estrutura como um modelo, porque isso limita a aplicabilidade do conceito para a pesquisa sobre a cidade.

A noção de estrutura tem um campo de validade. O conhecimento (a ciência) não pode passar sem ela. Quanto ao estruturalismo, este procede por extrapolação e redução. Sobre a noção de estrutura, ele enxerta uma ideologia. Com o estruturalismo, a estrutura ultrapassa seus direitos, suas condições de admissibilidade. (LEFEBVRE, 1968, p. 24).

O materialismo dialético analisa a estrutura como uma dimensão da realidade social, produzida pela contradição, não considerando plausível a idéia de estabilidade contida na análise estrutural. Como argumenta Lefebvre (1968, p. 13), “o pensamento marxista esforça-se então por determinar modalidades do devenir: continuidade e descontinuidade, crescimento quantitativo e criação qualitativa, gradualidade e desenvolvimento aos saltos, períodos de estagnação e transformações revolucionárias”.

Dessa forma, o movimento histórico aparece, mormente, como a base para o entendimento sobre a estrutura urbana, verificada como uma realidade social, uma dimensão material da existência humana. As contradições constituem a base da sua discussão, que prescinde um conjunto de significações contidas no movimento dialético de estruturação e desestruturação.

Lefebvre (1974 e 2004), um crítico do Estruturalismo, utilizou o termo estrutura fundamentado na tradição teórica hegeliana e marxiana, como salienta Trindade Junior (1998, p. 29), argumentado que as estruturas urbanas são momentos do vir-a-ser, questionando trabalhos que priorizem a permanência e/ou a estabilidade, na medida em que esses pressupostos rompem à totalidade.

No mesmo sentido, Santos (1985) argumenta que é imprescindível não

compreender as estruturas em si mesmas, na medida em que estão articuladas a um conjunto de outras categorias “primárias” que, de forma indissociável, compõem a totalidade da análise geográfica. O autor resgata os conceitos de forma, função, estrutura, utilizados por Lefebvre (2004), acrescentando na discussão a idéia de processo que, por sua vez, sustenta o devir. Para Santos, a estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p. 50).

A totalidade do real, implicando o movimento (processo) comum de estrutura, função e forma, é uma totalidade concreta e dialética. Seu estudo requer o conhecimento das estruturas componentes que o reproduzem, quer simultaneamente, quer separadamente. Tais estruturas, como a própria totalidade, não são congeladas; pelo contrário, elas mudam com o tempo. (SANTOS, 1985, p. 33).

A estrutura urbana, então, não pode ser compreendida como um fim em si mesmo, pois, enquanto estrutura não se deve inculir a idéia de organicidade que, hipoteticamente, conteriam os sistemas da realidade, representados pela construção do conhecimento científico. O conceito deve ser fundamentado nos pressupostos teórico-conceituais que alicerçam o entendimento sobre a cidade, a partir da discussão sobre o processo de produção do espaço urbano, portanto, da urbanização. Por outro lado, não podemos reduzir o conceito de estrutura urbana ao método estrutural, deixando de utilizá-lo para entender o processo de estruturação das cidades.

Como pensar uma definição para estrutura urbana?

A discussão sobre a estrutura urbana consolidou-se nas pesquisas geográficas a partir de uma quantidade significativa de investigações sobre as cidades, que, por sua vez, proporcionaram relevantes reflexões para a análise espacial. Ao mesmo tempo, são percebidos problemas na utilização do conceito que, a nosso ver, merecem ser destacados.

O primeiro problema está relacionado à sua indefinição conceitual. Observamos que, em algumas pesquisas, desconsiderou-se a importância em ressaltar o significado do termo estrutura urbana na investigação, subtendendo que o termo, ao ser aplicado, possui um conteúdo conceitual *a priori*.

O segundo problema é sobre a aplicação sinônima do conceito de estrutura urbana aos de morfologia urbana, quadro urbano, ambiente urbano ou sistema urbano. Percebe-se que esse problema é recorrente, também, em função da mesma indefinição no seu uso, o que não significa dizer que a noção de estrutura urbana não tenha relações com essas outras expressões.

Como última observação, o conceito de estrutura urbana não vem sendo utilizado com referência apenas à escala intra-urbana. Algumas pesquisas usam a estrutura urbana para definir o conjunto de cidades em diferentes escalas geográficas. A título de exemplo, Becker, ao investigar a estrutura espacial brasileira, referindo-se à Região Sudeste, destaca que essa possui “[...] uma estrutura urbana desenvolvida, caracterizada não só pela multiplicidade de cidades, mas pelo grande número de cidades médias destoando do padrão existente no restante do país [...]” (BECKER, 1972, p. 106).

Assim sendo, em primeiro lugar, ressaltamos a importância do conceito de estrutura urbana enquanto categoria aplicada para compreender a materialização dos processos urbanos. Em segundo, ele deve ser utilizado, exclusivamente, para as pesquisas no nível intra-urbano, como, aliás, observa Villaça (2001). Em outras escalas, deve-se adotar a idéia de “estrutura da rede urbana”. Esse autor ainda destaca os cuidados que devemos ter quando aplicamos o conceito de estrutura associado à análise da cidade:

Estrutura, quando se refere ao espaço urbano, diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócios (não só o principal, mas também os demais) das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais. (VILLAÇA, 2001, p. 33).

Na maior parte das análises espaciais, percebe-se um conteúdo comum no entendimento do que é a estrutura urbana. De modo freqüente, a estrutura urbana relaciona-se ao uso do solo urbano, em seu arranjo territorial, a partir do desenvolvimento de certas atividades urbanas, especialmente, as comerciais, de serviços, industriais ou residenciais.

As primeiras utilizações do conceito de estrutura urbana, que influenciaram o pensamento geográfico, foram oriundas da Escola da Ecologia Humana. As três teorias mais difundidas dessa corrente foram as de Burgess (Zonas Concêntricas), Hoyt (Teoria dos Setores) e Harris e Ulman (Núcleos Múltiplos).

Segundo Richardson (1975), a Teoria das Zonas Concêntricas, dos Setores Radiais e dos Núcleos Múltiplos conseguem descrever as mudanças no padrão de uso da terra urbana (as duas primeiras) e um momento específico do padrão de uso da terra (a última). Johnson (1974), analisando as teorias desenvolvidas pela Escola da Ecologia Humana sobre a estrutura urbana, indica que tais teorias, apesar da contribuição que forneceram para as análises da Geografia Urbana, apresentaram sérios limites.

Sobre a Teoria de Burgess, os maiores problemas assentavam-se no fato de que tratava-se de uma abstração preocupante, pois “son numerosas as cidades que no tienen forma concéntrica” (JOHNSON, 1974, p. 233). Para Richardson (1975), essa teoria tem suas maiores críticas voltadas ao fato de que as cidades não se estruturam dessa forma, tanto no que diz respeito ao padrão de centralidade, quanto às condições do sítio urbano ou plano urbano.

No que tange à teoria elaborada por Hoyt, o maior problema é sua desconsideração quanto às condições que as classes mais abastadas têm de decidir sobre onde residir e quanto à infra-estrutura que o Estado pode promover para a organização do espaço urbano. Segundo Richardson (1975), o problema assentava-se por se consistir num modelo simplificado de estrutura de classes, com uma determinação exacerbada no papel da classe alta para explicar a localização das residências e sua tendência em desconsiderar as medidas de planejamento e controle do poder público.

Sobre a Teoria da Harris e Ullman, em função de considerar mais elementos que as demais teorias, Johnson entende que esse problema o impede de construir uma teoria que possa dar conta de proporcionar um “modelo de la estructura urbana que sea simple y perceptible inmediatamente en la forma de las ciudades” (JOHNSON, 1974, p. 241). Já Richardson (1975) observa que, se por um lado essa proporciona um número maior de dados sobre a realidade, por outro ela apreende apenas um momento específico da estrutura urbana.

Eufrásio (1999) estudou detalhadamente a relação existente entre estrutura urbana e Ecologia Humana, fundamentado em seus principais precursores: Park, Burgess, MacKenzie, Davie, Quinn, Hoyt, Harris e Ullman. O autor destaca a necessidade de separarmos as pesquisas que, sob a égide da Escola de Chicago, dedicaram-se às interpretações ecológicas. Igualmente, ressalta a riqueza dessa corrente para o entendimento sobre a estrutura urbana, enfatizando que “sob análise minuciosa, a Teoria Ecológica da estrutura urbana revelou-se mais rica, sugestiva e multiforme do que têm pretendido considerações ingênuas, mal-formadas e que a distorcem reiteradamente” (EUFRÁSIO, 1999, p. 287). Se esse conjunto de pressupostos é efetivo ou não, o autor sugere que devemos retomá-lo a partir de investigações e discussões, salientando seu indiscutível papel para o pensamento sobre a cidade (EUFRÁSIO, 1999, p. 288).

Consideramos relevantes as contribuições da Escola de Chicago no debate sobre o conceito de estrutura urbana. Todavia, é necessário ressaltar os limites da corrente no pensamento sobre a cidade, porque se basearem em análises que articulavam a produção do espaço urbano a processos biológicos, no sentido de naturalizar os fenômenos que incidem no interior da cidade, ignorando sua real articulação com os conflitos de classes e os interesses políticos. Ademais, a confusão entre a realidade e a sua construção teórica amputou maiores possibilidades de estabelecer clareza teórica, desvelando os sérios limites para se sustentar analogias (GOTTDINIER, 1997).

A partir da década de 1960, um outro conjunto de pressupostos teóricos importantes fundamentou a análise da cidade, a partir do conceito de estrutura urbana. Era oriundo da economia neoclássica, muito influenciado pelo Estruturalismo e pelos princípios da Ecologia Humana.

Crowther e Echenique (1975), pensando a relevância dessa perspectiva

metodológica para a compreensão da estrutura espacial urbana, argumentam que “un modelo urbano global, si pretende ser útil, debe tener en cuenta las interacciones entre los cuatro componentes de la estructura urbana” (CROWTHER e ECHENIQUE, 1975, p. 253). Para os autores, a estrutura urbana é composta por atividades dentro do sítio (indústria, serviços, residência, etc.), entre sítios (os fluxos em geral), espaços adaptados (terrenos, edificações, etc.) e canais (rede de transporte e comunicação).

[...] es posibles definir la estructura espacial urbana como el resultado de dos procesos interdependientes por los cuales se colocan en lugares específicos, primero las construcciones y después las actividades (CROWTHER e ECHENIQUE, 1975, p. 251).

Foley, visando discutir um método de análise para entender a estrutura espacial da metrópole, ressalta que ela,

[...] compendio tanto de los aspectos formales - una vision estática, instantánea del modelo metropolitano de la comunidad en cualquier momento - como los aspectos procesuales y las relaciones funcionales de la comunidad metropolitana em su desarrollo. (FOLEY, 1964, p. 31).

Percebe-se que a maior preocupação da corrente neopositivista assentava-se em estabelecer pressupostos metodológicos, com bases objetivas, pautados por um conjunto de variáveis matemáticas e pelo uso de programas de computação para fins de justaposição, sobreposição e correlação de dados e informações.

Para los fines de la planificación metropolitana, tendremos, pues, la estructura espacial general, y, por consiguiente, parece indispensable una teoria sistemática rigurosa que ayude a prever el comportamiento de las instituciones individuales. (WEBBER, 1964, p. 134).

Richardson (1975) pensa esse conjunto de pressupostos a partir das teorias econômicas sobre as estruturas espaciais urbanas. Para o autor, tais estruturas são determinadas pelas forças econômicas, mesmo considerando que é necessário relaxar as hipóteses de livre mercado e o planejamento urbano se o objetivo for uma compreensão mais completa do processo. Ele analisa as principais teorias econômicas que discutiram a estrutura espacial das cidades, destacando as que receberam maior atenção pelos cientistas em gerais, como a Teoria do Princípio da Minimização dos Custos de Atrito, que preconiza organização da cidade como reflexo das tentativas de

moradores e firmas em atenuar os atritos espaciais. Segundo o autor, os maiores defensores dessa teoria foram Guttenberg, analisando o atrito em função do sistema de transporte, e Haig, analisando os atritos provocados pelos custos de aluguel. A crítica de Richardson fundamenta-se no fato de que ela, se levada ao extremo, pressupõe que as áreas mais favoráveis para a implantação de certas atividades sejam o entorno dos centros.

Investigando os modelos de estrutura espacial urbana, Richardson ainda observa que, na Economia, foram inúmeras as tentativas utilizadas para analisar a estrutura urbana. Tais pesquisas se concentravam, por exemplo, na análise do valor da terra para uso residencial, da localização de firmas no espaço urbano, do comportamento espacial dos consumidores e da respectiva localização dos consumidores. Segundo o autor, as inferências que se pode tirar desses princípios econômicos são:

[...] há uma tendência sensível ao declínio das densidades residenciais com o aumento da distância a partir do centro da cidade; uma relação sistemática entre a localização do comércio varejista e das unidades de serviços de consumo e a distribuição espacial das residências; uma tendência no sentido de que a estrutura dos valores da terra, por si mesma resultante em grande parte da ação das forças competitivas, modele o padrão de uso da terra urbana; diferenças espaciais consideráveis dentro da cidade no que se refere aos tipos de atividades, etc. (RICHARDSON, 1975, p. 151).

De acordo ainda com a corrente neopositivista, percebemos que algumas discussões sobre a disposição dos usos do solo na cidade e a relação entre centro e centralidade urbana tinham como pressuposto a Teoria das Localidades Centrais, proposta por Christaller. Mesmo não utilizando o conceito de estrutura urbana, com frequência, esse era claramente abordado, promovendo-se uma adaptação dos princípios da Teoria de Christaller à análise intra-urbana. No Brasil, tal adaptação ocorreu em função da influência que o autor teve nas pesquisas geográficas durante as décadas de 1960 e 1970.

A interpretação mais usual entendia que os centros e demais centralidades intra-urbanas relacionavam-se a partir de uma ordem de grandeza determinada, principalmente, pelo nível de especialização dos serviços e comércio e pela distância em relação ao mercado consumidor nas cidades. Essa leitura da estrutura urbana entendia que os centros e as demais centralidades estavam dispostos hierarquicamente na cidade, compondo uma rede de relações que reproduzia a mesma lógica da Teoria de Christaller. É o que, aliás, propõe Duarte, ao argumentar que “[...] a cidade pode ser encarada como um sistema que apresenta organização interna onde distingue-se lugares centrais intra-urbanos, estruturados hierárquica e funcionalmente” (DUARTE, 1974, p.54). Do

mesmo modo, estudando a realidade do Rio de Janeiro, Lindgren, Barbosa e Petterle ressaltam que,

Ficou constatada a existência de uma hierarquia de centros que permite caracterizar, espacialmente, o que se poderia denominar de centros de preferências para aquisição de bens e serviços pela população. (LINDGREN, BARBOSA e PETTERLE, 1976, p. 120).

Esses autores buscavam encontrar uma relação entre adensamento populacional e distribuição de centralidades pela cidade, mediados pelo que eles definem como índice de predição de ocupação do solo. Pautados na investigação sobre a metrópole carioca, concluem que, mesmo que tenha havido correlação no passado, naquele momento, essa relação não era significativa para determinar a organização dos centros na cidade.

As principais ressalvas a tais pesquisas, fundamentadas na economia neoclássica, incidem no fato de não considerarem que existem outros elementos importantes no processo de definição das centralidades urbanas. Tais elementos estão relacionados, principalmente, às diferenças de classes, aos interesses políticos, às ações dos grupos econômicos, em várias escalas, e às intervenções do poder público, cuja ação é decisiva na implantação de infra-estrutura urbana, o que, por sua vez, altera o padrão de centralidade das cidades, redefinindo os seus processos de estruturação e, conseqüentemente, a estrutura urbana. Outro aspecto importante nessas teorias são as investigações que concebem a ação dos agentes desvinculadas das análises escalares; das especificidades da formação socioespacial; bem como, das determinações necessárias à reprodução do sistema capitalista.

Sobre as propostas neopositivistas, Johnson (1974) ainda argumenta que elas valorizavam mais as inter-relações entre os diferentes fenômenos econômicos e sociais da cidade. Todavia, para o autor, contribuição teórica era extremamente precária.

La mayoría de los modelos dan por sentado que las aspiraciones de la sociedad, el funcionamiento de la economía urbana, y la base técnica de la vida urbana son muy constantes. Desgraciadamente estas suposiciones son muy poco sólidas en un mundo como el actual, que cambia tan rápidamente. (JOHNSON, 1974, p. 259).

A elaboração dos modelos desconsiderava fatores subjetivos ou políticos no processo de estruturação das cidades; desconsiderava as condições subjetivas e objetivas às quais cada sujeito submete-se para ter acesso ao consumo no espaço intra-urbano; do mesmo modo que desconsiderava as ações políticas e o jogo de interesses que interferem na reprodução do capital, repercutindo diretamente na divisão

territorial do trabalho.

A introdução das discussões marxistas na Geografia Urbana, principalmente no final da década de 1960 e na década de 1970, fez declinar a aplicação do conceito de estrutura urbana nas pesquisas sobre a cidade, por um lado, em função dos vínculos dessa terminologia com o Estruturalismo; e, por outro lado, face à relação com a teoria neoclássica. Dessa forma, no período, seu uso ficou muito restrito às investigações fundamentadas em pressupostos da Geografia Teorético-Quantitativa.

No Brasil, fundamentada na Teoria Crítica, uma das pesquisas que se dedicou a entender o papel do Estado na evolução da estrutura urbana foi a investigação de Abreu (1981). O autor analisou a relevância da articulação entre a estrutura espacial e o processo de evolução da sociedade, destacando que esse aspecto tem sido pouco estudado em função do impacto que as teorias “prontas” sobre a estrutura urbana têm acarretado nas pesquisas, em especial, as geográficas. Segundo ele, essas análises estavam limitadas em “[...] descrever a estrutura urbana através de pressupostos irreais que privilegiam apenas a ação dos agentes econômicos, enquanto a ação de outros, dentre eles o Estado, é ignorada ou tratada *coeteris paribusmente*” (ABREU, 1981, p. 578-579).

Para a teoria neoclássica, o “Estado seria, assim, o grande mediador dos conflitos existentes na área urbana, e sua função principal seria resolvê-los de tal forma que a sociedade como um todo não fosse prejudicada” (ABREU, 1981, p. 580). Desconsidera-se, em tais reflexões, o fato de que o Estado é constituído por grupos e/ou classes sociais, portanto, ele interfere na estruturação do espaço urbano, invariáveis vezes, em prol de seus próprios interesses.

A Teoria Crítica contribuiu consubstancialmente para o debate sobre o processo de produção do espaço urbano, principalmente, por colocar no centro dos debates as contradições engendradas na base de reprodução do sistema capitalista. Dessa forma, auxiliou repensar o conceito de estrutura urbana e sua aplicabilidade para o pensamento e análise crítica da cidade.

A primeira mudança relevante diz respeito à discussão sobre o papel do Estado no processo de produção do espaço urbano². Ele passou a ser analisado como agente importante na criação de condições materiais e subjetivas que, por sua vez, garantiam a reprodução do capital, a partir de sua articulação com os interesses das classes dominantes. Corrêa, ao analisar o conjunto de instrumentos utilizados pelo Estado capitalista para regular o processo de produção do espaço urbana, argumenta que:

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos

² Maiores detalhes, consultar Lojkin (1981).

princípios do equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 1989, p. 26).

Nesse sentido, também são relevantes as observações de Abreu (1981, p 580) quando ressalta que “a noção de Estado como uma entidade superior e neutra, por ser idealista, pouco contribui para o estudo da evolução da estrutura urbana”.

Não há dúvidas de que a ordem espacial de uma cidade decorre da resolução de conflitos entre os agentes que atuam no urbano, sejam eles unidades de capital ou classe social. Entretanto, a experiência das sociedades capitalistas dependentes – para não falar das sociedades capitalistas em geral – demonstra que, em tais conflitos, têm prevalecido os interesses dos setores mais capitalizados e das classes sociais mais poderosas, que impõem a adoção, pelo Estado, de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios. (ABREU, 1981, p. 580-581).

Torna-se, assim, imprescindível para pensar o conceito de estrutura urbana compreender que o processo de produção está alicerçado na atuação do Estado, que, por sua vez, utiliza um conjunto de mecanismos de intervenção e controle, mormente, os de caráter jurídico, controlando a produção da cidade de acordo com seus interesses políticos.

A relação entre mercado de terras e estruturação das cidades é vista como decorrente, de um lado, das imperfeições do funcionamento desse mercado, as quais permitem a especulação com os preços fundiários, e, de outro, da estreita ligação entre valorização fundiária e investimentos públicos em infra-estrutura, crescimento periférico, alto custo dos equipamentos urbanos, etc. (RIBEIRO, 1982, p. 31).

Ribeiro aponta que na análise do uso do solo urbano, em função da estreita relação que há entre o funcionamento do mercado, atuação do Estado e as formas de uso da terra, faz-se necessário atentar para o estudo do processo de produção do espaço urbano, especialmente, dos mecanismos usados para a valorização fundiária, na medida em que promovem formas diferenciadas de apropriação do espaço da cidade, acarretando na expansão e segregação urbanas.

Analisando a apropriação dos benefícios líquidos dos investimentos públicos,

Vetter e Massena (1982, p. 53) compreendem que os modelos neoclássicos não têm eficácia em função de não levar em conta os processos políticos, especialmente, os impactos dos efeitos dos investimentos sobre a estrutura espacial da cidade. Segundo os autores, a apropriação dependerá: - da localização dos investimentos dentro do espaço urbano, bem como de sua área de impacto; - da localização sobre a estrutura dos preços na área beneficiada; - das mudanças na segregação residencial; e da influência da segregação residencial sobre a incidência dos investimentos públicos nos períodos subsequentes.

Como não se concebe a ação do Estado apenas como neutra ou como mediadora do processo de produção do espaço urbano, a estrutura urbana deve ser revelada como um produto do jogo de interesses entre as classes, tendo uma dupla apreensão, como reflexo e determinante na reprodução desses mesmos interesses.

Para Davidovich,

Na medida em que ao Estado cabe parcela considerável na provisão e expansão dos meios de consumo coletivos, cresce também seu controle sobre o uso do solo, mas a favor dos interesses do capital. De fato, a valorização do solo urbano com implantação de infraestrutura de serviços públicos deixa, muitas vezes, de ser cobrada ao proprietário e passa a se constituir em valor de uso com fins especulativos. (DAVIDOVICH, 1980, p. 438).

Essa perspectiva difere substancialmente da Teoria Ecológica e das análises neoclássicas, na medida em que desvela a ação do Estado capitalista como determinante na criação de condições, que são suportes, para continuidades ou rupturas no processo de estruturação do espaço urbano, valorizando determinadas áreas, em detrimento de outras; redefinindo as áreas privilegiadas do espaço intra-urbano; bem como recriando os espaços segregados na cidade.

O segundo aspecto, revelador de mudanças no debate sobre a estrutura urbana, refere-se à compreensão de que os processos de produção do espaço intra-urbano não ocorrem naturalmente, ou espontaneamente, dando-se destaque à formação das centralidades urbanas.

Nas investigações de Duarte, está explícito que o surgimento das centralidades ocorre de forma espontânea, manifestando uma visão de estrutura que a Teoria Crítica vai propiciar superação.

A estrutura urbana atual do Rio de Janeiro foi, pois, elaborada segundo o surgimento espontâneo desses núcleos centrais – centros funcionais ou subcentros – que retém em sua dependência centros secundários que servem de núcleos elementares para um mercado local (DUARTE, 1974, p. 56).

Na pesquisa sobre a disposição dos centros no Rio de Janeiro, Duarte argumenta que a estrutura urbana é produto espontâneo do surgimento de centros funcionais e sub-centros, o que precisa ser debatido. Não se entende, como exemplo, a produção de áreas centrais nas cidades como resultado de processos que se desenrolam de forma espontânea. Quando se compreende o processo de produção do espaço urbano como um produto social, seu resultado deve ser sempre analisado como determinado e determinante pela/da atuação da sociedade. Em verdade, o processo reflete uma ação pensada. Assim, a estrutura urbana não pode ser entendida como produto de ações não-intencionais de qualquer *agente de produção do espaço urbano*³; ela é uma produção intencional, porque tem como cerne os conflitos de interesses e as contradições sociais.

Um terceiro e último aspecto importante articula-se ao papel que os objetos técnicos desempenham no processo de estruturação urbana, mormente, na produção da estrutura urbana. Determinadas pesquisas denotam a idéia de que o processo de modificação na estrutura urbana se realiza em função da ampliação do sistema de transporte ou de comunicação.

Tais objetos, sem dúvida, têm relevância no processo de modificação da estrutura urbana, sendo sua análise essencial para entender as transformações pelas quais passaram as cidades nos últimos séculos. Todavia, deve-se compreender que, por sua vez, as mudanças técnicas são produtos das alterações no processo de urbanização, que, de forma contínua, suscitam novas exigências e demandas para engendrar a reprodução social.

Na verdade, a inovação tecnológica forneceu os meios que produziram as transformações sócio-econômicas. Contudo, as interconexões causais entre as forças de produção e os níveis mais altos da sociedade são muito mais complexas do que nos levariam crer os analistas convencionais. Isso é especialmente verdadeiro no tocante ao efeito do próprio espaço sobre a força cega do progresso tecnológico [...]. Num sistema social desse tipo (capitalista), inovações tecnológicas nos transportes e nas comunicações são apenas aspectos de um complexo muito mais amplo de forças sócio-estruturais que transformaram as relações espaço-tempo na sociedade moderna (GOTTDIENER, 1997, p. 54).

Definir as transformações na estrutura urbana como produto em si das transformações nos sistemas de transportes e/ou comunicação incorre num determinismo tecnológico, também observado por Villaça (2001), que pouco contribui para a compreensão do processo de produção das cidades na atualidade.

³ Sobre tais agentes ver Corrêa (1989).

A estruturação urbana e das cidades: possibilidades que se abrem

Na discussão sobre a estrutura, Lefebvre (1968) salienta a necessidade de pensarmos “as modalidades do devir” que engendram o materialismo dialético. Essa observação é relevante, porque possibilita entender a estrutura urbana a partir do processo histórico que a constitui. Segundo o autor, tal processo é determinado por continuidades e descontinuidades, estruturações e desestruturações, evoluções e revoluções no tempo.

Entender a estrutura urbana no *devir* significa compreendê-la a partir da discussão sobre a *estruturação* urbana e da cidade; significa pensar o conjunto de modificações no processo de urbanização que determina uma expressão momentânea do/no mosaico de usos do solo da cidade - a estrutura urbana. Sobre a estruturação, Sposito indica que,

O que diferente autores que têm adotado a expressão estruturação pretendem ao agregar o sufixo “ção”, parece-nos que seria garantir a passagem da idéia de que estamos falando de um processo contínuo, múltiplo e contraditório, e por essas qualidades, ele contém sua própria negação. Isso deve ser considerado, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea do processo mais amplo de estruturação é redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos de solo, mas também por desestruturações, ou seja, pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos. (SPOSITO, 2004, p. 312).

Entendemos, portanto, como imprescindível para a análise da estrutura urbana a discussão sobre as contradições sociais. Tais contradições constituem a dialética entre estruturação e desestruturação que alicerça a produção da cidade e do urbano. Argumentamos, assim, que se faz necessário articular a investigação sobre a estrutura urbana ao conjunto das ações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade, objetivando desvelar o jogo de interesses que demarcam os conflitos de classe na cidade. Segundo Castells,

O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social (CASTELLS, 1983, p. 146-147).

Todavia, nem sempre a estruturação urbana foi pensada sob esse enfoque. Ferret

(1985) destaca diferentes investigações que abordaram o processo de estruturação do espaço urbano, sistematizando-as em dois grupos: *o paradigma do equilíbrio* e *o paradigma do conflito*.

Sobre o primeiro, de acordo com o autor, a estruturação do espaço é vista como o resultado da ação de unidades decisórias individuais, pessoas e firmas, interagindo dentro de um quadro institucional definido pelo funcionamento de um mercado imobiliário livre, neutro e perfeito e pela ação equidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos. O segundo explica a estruturação do espaço urbano pelo lado da oferta, enfatizando as noções de desequilíbrio, funcionamento imperfeito do mercado, interesses e conflitos sociais, questionando até mesmo a suposta equidistância do Estado em relação aos agentes envolvidos no processo (FERRET, 1985, p. 75).

Portanto, torna-se interessante pensar a estruturação do espaço urbano sob o paradigma do conflito, na medida em que os interesses e ações dos sujeitos envolvidos são entendidos como elementos fundamentais para a discussão sobre os processos espaciais urbanos, a partir da análise da produção e distribuição de bens e serviços coletivos, da diferenciação na apropriação do solo urbano e do papel que desempenham tais processos na acumulação do capital.

Villaça (2001) e Sposito (2004) ressaltam uma preocupação em precisar o uso das expressões estruturação urbana e estruturação das cidades, compreendendo-os como conceitos devidamente articulados, mas que, todavia, possuem características diferentes e que desempenham papéis distintos na análise urbana.

Ao debater sobre a estruturação do espaço intra-urbano de algumas metrópoles brasileiras, Villaça destaca que é necessário distinguir os processos que se materializam na escala intra-urbana, bem como suas especificidades, da mesma forma que é necessário distinguir os processos que se realizam na escala regional (VILLAÇA, 2001). Para esse autor,

O espaço intra-urbano, no entanto, é estruturado sob a dominação dos interesses do consumo, e nisso não há qualquer contradição. Reiteramos então que regional é o espaço estruturado pelo deslocamento de matérias (enquanto capital mercadoria, capital constante) e de força de trabalho enquanto capital variável. Urbano é o espaço estruturado pelas condições de deslocamento da força de trabalho enquanto tal e enquanto consumidora (deslocamentos casa-escola, casa-compras, casa-lazer, e mesmo casa-trabalho) (VILLAÇA, 2001, p. 330).

As observações do autor são importantes, porque contribuem para identificar, nos níveis intra-urbano e regional, os elementos que determinam a estruturação da cidade, associados ao deslocamento da força de trabalho, enquanto consumidora; e

os elementos que determinam à estruturação regional, associados, essencialmente, ao deslocamento de energia.

Entretanto, é importante salientar que há uma relação intrínseca entre os espaços intra-urbanos e regionais, o que coaduna com o fato de evitarmos, na análise, certas polarizações. Frisamos isso por defender que não podemos desconsiderar, ou mesmo minimizar, o papel desempenhado pelo deslocamento de energia na estruturação do espaço intra-urbano.

Acreditamos que o autor desconsiderou o próprio movimento de estruturação no tempo, que, certamente, o faria perceber que tiveram papel importante no processo de estruturação intra-urbana, principalmente no início do século XX, por exemplo, quando das transformações ocorridas na cidade em função das mudanças provocadas pela expansão da eletricidade. A distribuição e disponibilidade de novas fontes energéticas (como a eletricidade) e de novos meios de deslocamentos, a partir do motor a combustão e do uso do petróleo como fonte energética, se pensados num determinado interregno temporal, significam importantes alterações na estruturação urbana das metrópoles, inclusive, redefinindo as relações entre centro e periferia, porque também alteram o tempo do consumo, no medida em que reordenam as relações tempo-espaço na cidade.

O inverso também parece ser verossímil, já que não podemos minimizar os impactos na estruturação regional, acarretados por quaisquer mudanças na urbanização, que incidam em maciços deslocamentos da força de trabalho, mesmo enquanto consumidora. Caso tais elementos sejam desconsiderados, podem incorrer em simplificação da análise, por exemplo, sobre a redefinição dos papéis que as cidades desempenham na rede urbana etc.

Voltando à diferenciação entre estruturação urbana e estruturação das cidades, colaboram para a discussão as observações de Sposito (2004), quando opta por abordar ambos os termos, respectivamente, como correlatos aos processos e às formas. Contudo, a autora destaca que se deve pensar sobre conceituações, sem perder de vista “[...] que essa distinção tem a intenção, apenas, de destacar o que se toma como prevalente, em cada momento da análise, porque não há estruturação urbana sem estruturação da cidade e vice-versa” (SPOSITO, 2004, p. 312).

Assim sendo, é interessante articular a proposta de Sposito (2004) à de Santos (1996) utilizando a expressão **estruturação urbana** para identificar o conteúdo e as contradições, continuidades e descontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização. Essa estruturação urbana, entendida a partir do *sistema de ações*⁴ que garante a reprodução do espaço urbano, ao mesmo tempo em que por esse passa a ser determinada. E a expressão **estruturação das cidades** para identificar a materialização de tais processos, continuidades e continuidades territoriais, ações e reações, no nível intra-urbano, pensando no *sistema de objetos*⁵.

⁴ Santos (1996).

⁵ *Idem.*

Não podemos esquecer que a construção de um conceito traz em si uma dupla dimensão que representa, por um lado, uma elaboração teórica; e, por outro, a busca em compreender determinado aspecto da realidade. Nesse sentido, é oportuna a preocupação de Castells, ao verificar que o debate sobre a estrutura urbana,

[...] deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos susceptíveis de apreender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar estes instrumentos numa sucessão descontínua de análises particulares visando dados fenômenos históricos (CASTELLS, 1983, p.147).

Para o autor, a investigação sobre a estrutura urbana passa tanto por uma dimensão que é teórica, objetivando a construção de um arcabouço que dê conta do entendimento sobre a cidade, enquanto materialidade, quanto por uma análise empírica, sem perder de vista que o movimento é histórico.

Padila, pensando o cotidiano das relações urbanas, ressalta que,

[...] a estrutura urbana não seria outra coisa que a realidade urbana conhecida, conceitualizada a um determinado nível de abstração. Realidade urbana ou fenômeno, como vimos chamando, cujo campo de desenvolvimento encontra-se predominantemente no nível do vivido (o viver) e da vida cotidiana (a cotidianidade). [...] vemo-nos assim desembocando (a estrutura urbana) no fenômeno urbano entendido como desenvolvimento de uma sociedade no espaço, de um conjunto social e de um território. (PADILA, 1978 *apud* SPOSITO, 1991a, p. 349).

Segundo Abreu (1981), para estudarmos o processo de estruturação do espaço urbano “[...] é necessário que se examine a interação entre processos econômicos, sociais e políticos e a forma segundo a qual o espaço se estrutura” (p. 584-585). Suas idéias estão baseadas na análise de Castells (1983), ao compreender o espaço enquanto uma “expressão da estrutura social”.

Dito de forma simples, não basta pensar apenas em termos de estrutura urbana; é preciso definir os elementos da estrutura urbana e suas relações antes de analisar a composição e a diferenciação das formas espaciais (CASTELLS, 1983, p.157).

Para ele, estudar a estrutura urbana “resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e do

sistema ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele” (CASTELLES, 1983, p. 160-161).

No pensamento do autor, a sistematização de tais elementos possibilita, por um lado, uma leitura teórica que sustenta a análise sobre o espaço intra-urbano. Por outro, revela preocupações na medida em que a articulação entre os três sistemas é mais complexa do que Castells pressupõe. Observa-se que cada um desses sistemas contém elementos dos demais sistemas, o que inexoravelmente, torna apreensiva sua segmentação.

A discussão sobre os elementos que compõe a estrutura urbana deve considerar que, ao definirmos o que está em sua base, devemos ter como pressuposto o conteúdo e o fluxo das relações urbanas, expressos pelas/nas dimensões: econômica, política, ideológica e cultural.

Na análise sobre os elementos que constituem a estrutura urbana, Villaça ainda ressalta a importância em destacar o papel das localizações, a relação entre os elementos, bem como entre eles e a cidade como um todo.

Ao estudo da estrutura urbana interessa saber por que esses bairros e centros exibem certo arranjo territorial e não outro qualquer, e qual a inter-relação espacial entre estes bairros e centros, ou quais são seus papéis especiais [...]. Não basta constatar essas configurações espaciais. É necessário explicá-las e articular a explicação com as transformações dos demais elementos da estrutura urbana. Ou seja: explicação das transformações de um elemento deve explicar também as transformações dos demais elementos da estrutura. (VILLAÇA, 2001, p. 35-36).

Alem desses aspectos, nos anos de 1960, Geiger já despertava a atenção para a análise inter-escalar no debate sobre a estrutura urbana, quando argumentava que “certa fração do dinamismo do Rio de Janeiro reflete o dinamismo nacional, através de sua função de capital. A estrutura urbana revela-o” (GEIGER, 1960, p. 05). Tal preocupação, entretanto, é também observada em Santos (1959).

Percebe-se que se, por um lado, a estrutura urbana deve ser “vista como uma coleção de formas geográficas [...], sejam elas macro-formas (um bairro, por exemplo) ou microformas (um edifício)”; por outro, não se pode deixar de relacionar “essa mesma estrutura com o processo de evolução da sociedade” (ABREU, 1981).

[...] a ordem espacial de uma cidade, ou seja, sua estrutura urbana, reflete também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição dos sistemas que constituem a sociedade. Isso porque cada novo momento de organização espacial traz consigo novas funções e novas formas (geográficas ou não) que

exemplificam, no espaço, os conflitos de classes existentes na sociedade capitalista. Por essa razão, o estudo da estruturação do espaço urbano e, conseqüentemente, o estudo do papel do Estado nesse mesmo processo de estruturação, não podem ser feitos separadamente do estudo do processo de evolução da sociedade. (ABREU, 1981, p. 584).

Entendemos, assim, que estrutura urbana deve ser pensada, primeiro, enquanto um produto da dialética entre produção do espaço e reprodução social, exprimindo a materialidade da reprodução da sociedade, a partir de estruturação urbana. O processo, na escala intra-urbana, coaduna-se com as ações políticas, sociais, econômicas que engendram a trama das relações tecidas, definindo a estruturação da cidade e sendo por esta definido.

Na abordagem de Sposito, a definição sobre estrutura urbana deve designar “o arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades; [...] mosaico-resultado deste processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais e de lazer na cidade” (SPOSITO, 1991b, p. 05).

O modo como cada sujeito envolve-se no processo de reprodução social influencia na produção e na apropriação dos espaços na cidade, constituindo a divisão social, técnica e territorial do trabalho. É essa última que articula o processo de produção da estrutura urbana, uma expressão momentânea e um nível de condição da estruturação da cidade, ao movimento de reprodução do urbano.

A divisão técnica/econômica do trabalho manifesta-se como divisão econômica do território – um lugar para cada tipo de trabalho. Na cidade, esta lógica aparece sob a forma de um lugar para a indústria, um lugar para o comércio e serviços, um lugar para as habitações [...]. A divisão social do trabalho manifesta-se como divisão social do território, expressão das relações sociais de produção no interior da cidade, o que significa não apenas concentração/segregação social de uso do solo residencial, mas também acesso desigual aos meios de consumo coletivos, e portanto, à cidade não apenas como suporte para a reprodução material e força de trabalho. (SPOSITO, 1991a, p. 326).

Nessa discussão, não podemos recair nas polarizações de Vilaça (2001), quando ele pensa sobre a estruturação do espaço intra-urbano e regional, mesmo percebendo suas especificidades. A trama de relações entre o espaço regional e intra-urbano é muito mais complexa do que segmentarmos que “estruturação do espaço urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor”, ou que “o desenvolvimento do transporte de energia e das comunicações – que não envolve o deslocamento do ser humano – tem

provocado no espaço intra-urbano efeitos desprezíveis, se é que tem existido” (VILLAÇA, 2001, p. 21).

A nosso ver, deve-se optar por entender que a estruturação urbana e da cidade são continuamente redefinidas por modificações nos constituintes sociais, técnicos e territoriais da divisão territorial do trabalho em escalas distintas, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, a própria estruturação urbana e da cidade tem um nível de determinação no processo.

Assim sendo, os elementos que alicerçam a dinâmica são: os deslocamentos do trabalho humano, das mercadorias, do capital e de energia, todos pensados no plano das ações da sociedade, em diversas escalas geográficas. A produção do espaço urbano, portanto, está engendrada nessa complexa trama e o processo só pode ser desvendado se devidamente articulado, ressaltando-se suas especificidades, sem, todavia, incorrer em polarizações.

A divisão territorial do trabalho no plano intra-urbano, como produto e produtora da divisão social e técnica, torna-se o ponto central para discutirmos o modo como cada um dos lugares nas cidades é produzido e apropriado pelos diversos segmentos sociais, pois constitui a determinação dos usos que o solo urbano adquire. Nessa diferenciação, as diversas classes e agentes atuam constantemente (re)definindo a produção e a apropriação dos espaços urbanos, a partir do jogo de interesses, tendo no Estado uma instância que atua regulando e (re)criando as formas de acesso à terra urbana.

Considerações Finais

O conceito de estrutura urbana, ao longo da construção do pensamento sobre a cidade, desempenhou papel importante para os estudos geográficos, como para outras ciências, porque possibilitou elementos que deram suporte para a compreensão dos processos e fenômenos que se desenvolvem na cidade e no urbano. Entretanto, alguns limites foram encontrados nesse movimento, o que, por outro lado, não diminui sua relevância na busca por explicar/entender o processo de produção do espaço urbano.

Como mencionamos alhures, enquanto um processo, a estruturação urbana e da cidade implica sempre na constituição de um novo caráter à estrutura urbana, e é exatamente por isso que várias definições vêm sendo utilizadas para tentar explicar a forma adquirida pelas cidades contemporâneas. Em geral, elas reconhecem que sua feição mais notória é marcada pela multipolarização das centralidades intra-urbanas e por redefinições nos usos do solo, o que caminha para pensar a urbanização sob uma ótica mais complexa.

O movimento de estruturação urbana e da cidade diz respeito às ações e aos sujeitos que redefinem, constantemente, à forma como os solos urbanos passaram a

ser utilizados, visando atender a uma nova lógica. Todavia, no mundo contemporâneo, tais mudanças são tão profundas que implicam numa redefinição, também, do modo como estava organizada a estrutura urbana. É essa ruptura que denominamos de reestruturação urbana e da cidade.

Entendemos a estrutura urbana, hoje, significa pensá-la, primeiro, enquanto um produto da dialética entre produção do espaço e reprodução social, no sentido de exprimir a materialidade da reprodução da sociedade, a partir da urbanização. Por outro lado, esse processo, na escala intra-urbana, coaduna-se com as ações políticas, sociais, econômicas que engendram a trama das relações tecidas, definindo a estruturação da cidade, e sendo por essa definido.

A discussão sobre a estruturação deve buscar entender suas implicações na redefinição da estrutura urbana pautada, especificamente, pelos novos papéis e nos conteúdos que os centros tradicionais, os sub-centros e as novas expressões da centralidade urbana desempenham no espaço intra-urbano; pelos novos arranjos territoriais produzidos em função da criação de novos desejos e necessidades na lógica residencial; pelos nexos que envolvem a atual divisão social, técnica e territorial do trabalho na cidade; sobremaneira, pelo modo como cada sujeito se envolve no processo de produção e reprodução do espaço urbano.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 43(4), Out-Dez, Rio de Janeiro, 1981, p. 577-585.
- BASTIDE, R. (Org.) **Usos e sentidos do termo estrutura**: nas ciências humanas. São Paulo: Editora Herder, Edusp, 1971.
- BECKER, B. K. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(4), Out-Dez, Rio de Janeiro, 1972, p. 101-116.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CROWTHER, D. e ECHENIQUE, M. Desarrollo de un modelo de estructura urbana especial. In: MARTIN, L.; MARCH, L. ECHENIQUE, M. (Org.) **La estructura del espacio urbano**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.
- DASSE, F. **História do estruturalismo**: o campo e o signo, Vol 1. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.
- DAVIDOVICH, F. Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros urbanos do país. **Revista Brasileira de Geografia**, 42(3), Jul-Set, Rio de Janeiro, 1980, p.435-476.
- DUARTE, H. da S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(1), Jan-Mar, Rio de Janeiro, 1974, p. 53-98.
- ECHEGARAY, F. Los problemas del desarrollo urbano. In: BRASIL, Ministério do Interior. **Controle do uso do solo urbano**. VI Curso de Planejamento Urbano e Local. Brasília: SERFHAU/MININTER, 1974.
- EUFRASIO, M. A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a escola sociológica de Chicago (1915 - 1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

- FERRET, R. L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: FERRET, R. L. (Org.). **O espaço da cidade: contribuições à análise urbana**. São Paulo: Parma, 1985, p.73-89.
- FOLEY, D. L. estructura espacial metropolitana: un método de análisis. In: WEBBER, M. M. *el al Indagaciones sobre la estructura urbana*. Barcelona: Ediciones Omega, 1964.
- GEIGER, P. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XXII, n.1, Jan-Mar, Rio de Janeiro, 1960, p. 03-45.
- GOTTDINIER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- JOHNSON, J. H. **Geografia urbana**. Barcelona: Oikis-tau, 1974.
- LEFEBVRE, H. Claude Lévi-Strauss e o novo eleatismo. In: LEFEBVRE, H.; GOLDMANN, L.; MAKARIUS, R. *el al. Debate sobre o estruturalismo*. São Paulo: Editora Documentos Ltda, 1968.
- LEFEBVRE, H. **La procdution de l'espace**. Paris: Éditions Anthopos, 1974.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora URMG, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. **A noção de estrutura em etnologia**. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- LINDGREN, C. H.; BARBOSA, E. F.; e PETTERLE, R. T. Hierarquia de centros na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 38(1), Jan-Mar, Rio de Janeiro, 1976, p. 83-121.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- RIBEIRO, L. C. de. Q. Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L. A. M. da (Org.) **Solo urbano: tópicos sobre uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- RICHARDSON, H. W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- SANTOS, M. **O centro da cidade de Salvador**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**, 1991a. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geográfica**, n. 10, Presidente Prudente/SP, UNESP, 1991b, p. 01-18.
- _____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente.
- TRINDADE JUNIOR, S. C. da. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. 395f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VETTER, D. M. e MASSENA, R. M. R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria de causação circular. In: SILVA, L. A. M. da (Org.) **Solo urbano: tópicos sobre uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.
- WEBBER, M. M. El lugar urbano y el dominio urbano local. In: WEBBER, M. M. *el al Indagaciones sobre la estructura urbana*. Barcelona: Barcelona: Ediciones Omega, 1964.

Recebido para publicação dia 13 de Março de 2008

Aceito para publicação dia 30 de Abril de 2008